

Concessionária BR 040 S.A.

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Três Meses Findo
em 31 de Março de 2015 e Relatório de
Revisão de Informações Trimestrais
Intermediárias*

31 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - Via 040
Nova Lima - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária BR-040 S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 1, as Informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de março de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$389.029 mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro do seu acionista para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos


Demonstração do valor adicionado


Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida para companhias abertas de acordo com a legislação societária e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2014.

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação, não foram anteriormente revisados por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100	611
Aplicações financeiras	4	154.642	277.228
Estoques		1.168	1.182
Impostos a recuperar	5.a	6.502	5.499
Adiantamentos diversos		168	511
Despesas antecipadas		3.454	1.328
Total do ativo circulante		<u>166.034</u>	<u>286.359</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	20.466	11.025
Imobilizado	7	9.983	8.342
Intangível	8	<u>726.029</u>	<u>553.345</u>
Total do ativo não circulante		<u>756.478</u>	<u>572.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>922.512</u>	<u>859.071</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	20.644	35.066
Empréstimos e financiamentos	11	521.953	1.290
Salários e encargos sociais a recolher	10	6.992	4.805
Impostos e contribuições a recolher	5 c	968	2.936
Seguros a pagar		2.233	-
Partes relacionadas	6	<u>2.273</u>	<u>873</u>
Total do passivo circulante		<u>555.063</u>	<u>44.970</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	<u>10.670</u>	<u>520.605</u>
Total do passivo não circulante		<u>10.670</u>	<u>520.605</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	395.000	315.000
Prejuízos acumulados		(38.221)	(21.504)
Total do patrimônio líquido		<u>356.779</u>	<u>293.496</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>922.512</u>	<u>859.071</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (não revisado)
RECEITA LÍQUIDA			
Receita de construção		168.644	-
Receita operacional líquida		168.644	-
Custos de construção	15	(166.975)	-
LUCRO BRUTO		1.669	-
Despesas gerais e administrativas	15	(8.655)	(9.406)
Outras despesas operacionais	15	(19.060)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(26.046)	(9.406)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	14	216	3.502
Despesas financeiras	14	(329)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(26.159)	(5.904)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5 b	9.442	2.002
Prejuízo do período		(16.717)	(3.902)
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	19	(0,0523)	(0,0133)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (não revisado)
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(16.717)</u>	<u>(3.902)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(16.717)</u></u>	<u><u>(3.902)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O

TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Ato constitutivo em 31 de janeiro de 2014	395.000	(395.000)	-	-
Integralização de capital em 21 de fevereiro de 2014	-	39.500	-	39.500
Integralização de capital em 24 de fevereiro de 2014	-	275.500	-	275.500
Prejuízo do período	-	-	(3.902)	(3.902)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 (não revisado)	395.000	(80.000)	(3.902)	311.098
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	395.000	(80.000)	(21.504)	293.496
Integralização de capital em 06 de março de 2015	-	80.000	-	80.000
Prejuízo do período	-	-	(16.717)	(16.717)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	395.000	-	(38.221)	356.779

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	31/03/2015	31/03/2014 (não revisado)
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(26.159)	(5.904)
Margem bruta de construção		(1.669)	-
Depreciação e amortização	7 e 8	1.571	-
Prejuízo na baixa de bens do imobilizado	7	100	-
Variações monetárias, cambiais e encargos		176	-
(Aumento) redução em ativos operacionais:			
Estoques		14	-
Impostos a recuperar	5.b	(1.003)	(515)
Adiantamentos		343	-
Despesas antecipadas		(2.126)	(3.434)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	9	(3.083)	-
Impostos e contribuições a recolher	5.c	(1.968)	-
Salários e encargos sociais a recolher	10	2.187	1.432
Partes relacionadas - Nota de débito	6	1.400	-
Pagamento de juros	11	(301)	-
Outros		2.233	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		<u>(28.285)</u>	<u>(8.421)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		128.684	(306.282)
Aquisição de imobilizado	7	(2.814)	-
Aquisição de intangível	8	<u>(177.030)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(51.160)</u>	<u>(306.282)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital social	12	80.000	315.000
Outros		<u>(1.066)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>78.934</u>	<u>315.000</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(511)</u>	<u>297</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		611	-
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>100</u>	<u>297</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(511)</u>	<u>297</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (não revisado)
Receitas			
Receita de construção		<u>180.564</u>	<u>-</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(173.073)	-
Materiais, serviço de terceiros e outros		<u>(16.959)</u>	<u>(8.771)</u>
		<u>(190.032)</u>	<u>(8.771)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(9.468)</u>	<u>(8.771)</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(1.571)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>(11.039)</u>	<u>(8.771)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13	<u>6.314</u>	<u>3.502</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>(4.725)</u></u>	<u><u>(5.269)</u></u>
Distribuição do valor adicionado		<u><u>(4.725)</u></u>	<u><u>(5.269)</u></u>
Pessoal e encargos		<u>7.170</u>	<u>457</u>
Remuneração direta		<u>5.369</u>	<u>388</u>
Benefícios		1.212	59
FGTS		301	9
Outros		288	1
Impostos, taxas e contribuições		<u>(8.420)</u>	<u>(1.918)</u>
Federais		<u>(8.420)</u>	<u>(1.918)</u>
Remuneração capital de terceiros		<u>13.242</u>	<u>94</u>
Juros		12.196	-
Aluguéis		993	94
Outras		53	-
Remuneração de capital próprio		<u>(16.717)</u>	<u>(3.902)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(16.717)</u>	<u>(3.902)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma) – NÃO AUDITADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da Via 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 (trinta) anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da Via 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A Via 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Como obrigação contratual a Companhia precisa cumprir todas as exigências previstas no Programa de Exploração de Rodovia (“PER”) para o início da arrecadação de pedágio.

Em 31 de março de 2015, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$389.029 (capital circulante líquido positivo de R\$241.389 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da VIA040 e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 16 de abril de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Normas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedge* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas informações financeiras intermediárias.

A Companhia quantificará os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito; para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os possíveis impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	<u>100</u>	<u>611</u>
	<u>100</u>	<u>611</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	94% a 101,50%	jul-17	102.734	226.748
Fundo de Investimento CAIXA Mover (b)	100,85%	nov-26		
Letras financeiras do tesouro			2.567	1.980
Certificado de depósito bancário - CDB			19.505	7.056
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			2.082	472
Debênture			<u>27.754</u>	<u>40.972</u>
			<u>51.908</u>	<u>50.480</u>
Aplicações financeiras			<u>154.642</u>	<u>277.228</u>

- (a) As aplicações em CDB's são remunerados pela taxa média entre 94% a 101,50% do CDI e os mesmos possuem liquidez diária podendo os valores serem resgatados a qualquer momento sem alteração significativa de valor.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a INVEPAR, o METROBARRA, o METRÔRIO, a VIA 040 e a LAMSA.

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.177	4.004
Antecipação do imposto de renda	-	1.089
Antecipação da contribuição social	-	396
Saldo negativo imposto de renda	5.234	-
Saldo negativo contribuição social	82	-
Outros	<u>9</u>	<u>10</u>
	<u>6.502</u>	<u>5.499</u>

b) Imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	20.236	9.144
Diferenças temporárias	<u>4.888</u>	<u>1.881</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>25.124</u>	<u>11.025</u>
Total dos passivos fiscais diferidos(*)	<u>(4.658)</u>	<u>-</u>
Total dos impostos diferidos	<u>20.466</u>	<u>11.025</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre margem de construção e custo de captação são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$13, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(26.159)	(5.904)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>8.894</u>	<u>2.007</u>
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes	(20)	(5)
Exclusões permanentes	<u>568</u>	<u>-</u>
Total dos impostos no resultado	<u>9.442</u>	<u>2.002</u>
IR e CSLL diferidos	9.442	2.002

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	3.405	3.029
2023 a 2025	<u>21.719</u>	<u>7.996</u>
	<u>25.124</u>	<u>11.025</u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre serviço	231	1.057
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	447	1.148
INSS sobre terceiros	<u>290</u>	<u>731</u>
	<u>968</u>	<u>2.936</u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia adotou a lei, através da DCTF, a partir de janeiro de 2015.

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a Companhia</u>	31/03/2015		
			Passivo Circulante	Resultado (Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora	1.465	(1.394)	-
LAMSA	Serviços compartilhados(*)	Ligada	90	-	-
METRORIO	Serviços compartilhados(*)	Ligada	718	-	-
			<u>2.273</u>	<u>(1.394)</u>	<u>-</u>
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto	5.436	-	145.360

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a Companhia</u>	31/12/2014		
			Passivo Circulante	Resultado (Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora	65	(3.676)	-
LAMSA	Serviços compartilhados(*)	Ligada	90	(132)	-
METRORIO	Serviços compartilhados(*)	Ligada	718	(718)	-
			<u>873</u>	<u>(4.526)</u>	<u>-</u>
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto	6.283	-	298.346

(*) Serviços compartilhados: os serviços compartilhados estão relacionados à cessão de mão de obra, custos de viagens, deslocamentos entre as empresas e rateio de serviços prestados à todas as Companhia do Grupo pela INVEPAR.

(**) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo circulante.

Serviços - ativo

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, contatos a partir da assinatura do contrato, é o de empreitada e o preço total acordado entre as partes foi de R\$3.713.000, devendo os pagamentos, serem realizados mensalmente, sendo o preço global baseado nas medições que demonstrarão o andamento do executado neste contrato e, para o preço específico, as medições terão como base as unidades de serviços efetivamente medidas em campo.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses, com base em fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato.

Em 25 de março de 2015 as partes celebraram termo aditivo ao contrato firmado, que alterou a periodicidade de medições de pagamento do regime mensal para o semanal até que os requisitos necessários para o início da arrecadação sejam atingidos.

Em 31 de março de 2015 o saldo contratual é de R\$3.171.595 (R\$3.316.955 em 31 de dezembro de 2014), o valor pago para OAS até 31 de março de 2015 foi de R\$541.405(R\$396.045 em 31 de dezembro de 2014).

Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2015 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.195.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros da Administração, está composta por honorários, encargos, bônus e benefícios, no montante de R\$521 em 31 de março de 2015.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Pró-labore	325	264
Encargos	65	53
Bônus	63	-
Outros benefícios	<u>69</u>	<u>30</u>
	<u>521</u>	<u>347</u>

Em 31 de março de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$334 (R\$634 em dezembro de 2014), de participação/bônus para os administradores.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixa	31/03/2015
Custo					
Instalações	10	62	9	-	71
Máquinas e equipamentos	10	1.719	386	-	2.105
Móveis e utensílios	10	136	192	-	328
Veículos	20	2.928	7	-	2.935
Equipamentos de informática	20	3.606	1.174	-	4.780
Adiantamento a fornecedores	-	100	-	(100)	-
Imobilizado em andamento	-	66	383	-	449
		<u>8.617</u>	<u>2.151</u>	<u>(100)</u>	<u>10.668</u>
Depreciação					
Instalações		(1)	(2)	-	(3)
Máquinas e equipamentos		(8)	(52)	-	(60)
Móveis e utensílios		(2)	(12)	-	(14)
Veículos		(215)	(147)	-	(362)
Equipamentos de informática		(49)	(197)	-	(246)
		<u>(275)</u>	<u>(410)</u>	<u>-</u>	<u>(685)</u>
Imobilizado líquido		<u>8.342</u>	<u>1.741</u>	<u>(100)</u>	<u>9.983</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/01/2014	Adições	31/12/2014
Custo				
Instalações	10	-	62	62
Máquinas e equipamentos	10	-	1.719	1.719
Móveis e utensílios	10	-	136	136
Veículos	20	-	2.928	2.928
Equipamentos de informática	20	-	3.606	3.606
Adiantamento a fornecedores	-	-	100	100
Imobilizado em andamento	-	-	66	66
			<u>8.617</u>	<u>8.617</u>
Depreciação				
Instalações		-	(1)	(1)
Máquinas e equipamentos		-	(8)	(8)
Móveis e utensílios		-	(2)	(2)
Veículos		-	(215)	(215)
Equipamentos de informática		-	(49)	(49)
			<u>(275)</u>	<u>(275)</u>
Imobilizado líquido		-	<u>8.342</u>	<u>8.342</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2015</u>
Custo					
Software	5 anos	2.913	39	-	2.952
Direitos da concessão	(*)	23.539	206	-	23.745
Adiantamento a fornecedores		2.883	-	(776)	2.107
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>173.600</u>	<u>776</u>	<u>699.335</u>
		554.294	173.845	-	728.139
Amortização					
Software		(15)	(144)	-	(159)
Direitos da concessão		<u>(934)</u>	<u>(1.017)</u>	<u>-</u>	<u>(1.951)</u>
		<u>(949)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>-</u>	<u>(2.110)</u>
Intangível líquido		<u>553.345</u>	<u>172.684</u>	<u>-</u>	<u>726.029</u>

(*)Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

	Prazo de vida útil	<u>31/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo				
Software	5 anos	-	2.913	2.913
Direitos da concessão	30 anos		23.539	23.539
Adiantamento a fornecedores			2.883	2.883
Intangível em construção		-	<u>524.959</u>	<u>524.959</u>
			554.294	554.294
Amortização				
Software		-	(15)	(15)
Direitos da concessão		-	<u>(934)</u>	<u>(934)</u>
			<u>(949)</u>	<u>(949)</u>
Intangível líquido		-	<u>553.345</u>	<u>553.345</u>

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais terceiros	16.660	31.358
Retenções contratuais	3.117	2.841
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>867</u>	<u>867</u>
	<u>20.644</u>	<u>35.066</u>

A Via 040 possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão e também relacionados a estruturação da Companhia.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias	1.800	1.028
Gratificações	3.705	2.601
Encargos	804	787
Outras obrigações trabalhistas	<u>683</u>	<u>389</u>
	<u>6.992</u>	<u>4.805</u>

11. FINANCIAMENTO

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES	Reais	TJLP + 2%	mar/16	528.188	518.287
FINAME - BB	Reais	6%	ago/24 a out/24	12.152	12.277
Custo de captação				<u>(7.717)</u>	<u>(8.669)</u>
Total				<u>532.623</u>	<u>521.895</u>
Circulante				521.953	1.290
Não circulante				10.670	520.605

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Amortização de custos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2015</u>
Passivo circulante						
BNDES	-	-	-	-	528.188	528.188
FINAME - BB	1.290	(301)	176	-	317	1.482
Custos a amortizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.717)</u>	<u>(7.717)</u>
	1.290	(301)	176	-	520.788	521.953
Passivo não circulante						
BNDES	518.287	-	9.901	-	(528.188)	-
FINAME - BB	10.987	-	-	-	(317)	10.670
Custos a amortizar	<u>(8.669)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>952</u>	<u>7.717</u>	<u>-</u>
	<u>520.605</u>	<u>-</u>	<u>9.901</u>	<u>952</u>	<u>(520.788)</u>	<u>10.670</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>(301)</u>	<u>10.077</u>	<u>952</u>	<u>-</u>	<u>532.623</u>

Descrição	31/01/2014	Juros			31/12/2014
		Captações	incorridos	Outros	
Passivo circulante					
FINAME - BB	-	1.039	251	-	1.290
	-	1.039	251	-	1.290
Passivo não circulante					
BNDES	-	512.000	6.287	-	518.287
FINAME - BB	-	10.987	-	-	10.987
Custos a amortizar	-	-	-	(8.669)	(8.669)
	-	522.987	6.287	(8.669)	520.605
Total de empréstimos e financiamentos	-	524.026	6.538	(8.669)	521.895

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: "A" R\$717.130 e "B" R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016.

Em 22 de setembro de 2014, foi liberado o montante de R\$322.000 e em 26 de dezembro de 2014 o montante de R\$190.000, ambos referente ao subcrédito "A".

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência para com o BNDES, indicadores profissionais ou societários. Em 31 de março de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES. Após o período de carência de 6 meses serão pagas em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários. Em 31 de março de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue descritivo abaixo com mais informações:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato/	
			Valor Liberado	Vencimento
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/24
			<u>12.026</u>	

12. PROVISÃO PARA RISCOS

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, portanto não foram constituídas provisões.

A Companhia realiza a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como demonstrado abaixo. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía probabilidade de desembolso de riscos possíveis.

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/03/2015</u>
Trabalhistas	178
Cíveis	<u>44</u>
	<u>222</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	<u>395.000.000</u>	<u>100</u>	<u>395.000.000</u>

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia.

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Em 6 de março de 2015 foi integralizado o restante do Capital Social da Via 040 pelo acionista INVEPAR, no valor de R\$80.000, nos termos do boletim de subscrição firmado em 31 de janeiro de 2014, totalizando R\$395.000. Desta forma o Capital Social da Companhia, a partir desta data, está totalmente integralizado não havendo mais saldo a integralizar.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Juros sobre aplicações financeiras	-	3.502
Variação monetária ativa	151	-
Variação cambial ativa	<u>65</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	<u>216</u>	<u>3.502</u>
Comissões e despesas bancárias	(53)	-
Juros sobre empréstimos	(176)	-
Juros passivos	(64)	-
Variação cambial passiva	<u>(36)</u>	<u>-</u>
Total despesas financeiras	<u>(329)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(113)</u>	<u>3.502</u>

No exercício findo em 31 de março de 2015, a Companhia incorreu em R\$11.920 de despesas de juros do empréstimo com o BNDES, sendo R\$6.098 compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo. O montante de R\$5.822 foi capitalizado no intangível.

15. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Pessoal e encargos	(8.193)	(540)
Conservação e manutenção	(490)	-
Seguros e garantias	(1.083)	-
Serviços de terceiros	(6.362)	(37)
Veículos	(1.388)	-
Consultoria e assessoria	(743)	(8.535)
Aluguéis e impostos	(4.298)	(95)
Energia elétrica	(52)	-
Partes relacionada	(1.394)	-
Depreciação e amortização	(1.570)	-
Custo de construção	(166.975)	-
Outros	<u>(2.142)</u>	<u>(199)</u>
	<u>(194.690)</u>	<u>9.406</u>
Despesas gerais e administrativas	(8.655)	(9.406)
Outras receitas e despesas	(19.060)	-
Custo de construção	<u>(166.975)</u>	<u>-</u>
	<u>(194.690)</u>	<u>9.406</u>

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/15 a 20/03/16	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Riscos operacionais	40.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Edificações (Escritório)	538.500	20/08/14 a 20/08/15	Mapfre
Edificações	2.635	17/10/14 a 17/10/15	Tokio Marine
Veículos	450.000	18/09/14 a 18/09/15	Liberty

- (a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER.
- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

17. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Ressarcimento de estudos ambientais	12.997
Desapropriações	31.699
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1. Recuperação e manutenção

- Pavimento
- Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança
- Obras de arte especiais
- Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes (OACs)
- Terraplenos e estruturas de contenção
- Canteiro Central e Faixa de Domínio
- Implantação e Recuperação das Edificações e instalações operacionais
- Sistemas Elétricos e de Iluminação

2. Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço

- Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias
- Obras em Trechos Urbanos
- Obras de Manutenção de Nível de Serviço
- Obras Emergenciais

3. Conservação

- Pavimento
- Elementos de Proteção e Segurança
- Obras de Arte Especiais
- Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes
- Terraplenos e estruturas de contenção
- Canteiro Central e Faixa de Domínio
- Edificações e instalações operacionais
- Sistemas Elétricos e de Iluminação

4. Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços
 - Centro de Controle Operacional
 - Equipamentos e Veículos da Administração
 - Sistemas de Controle de Tráfego
 - Sistemas de Atendimento ao Usuário
 - Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação
 - Sistema de Comunicação
 - Sistema de Pesagem
 - Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
 - Reforma dos postos da PRF

O PER prevê um prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de concessão, para que estes investimentos sejam finalizados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, TJLP, IPCA e SELIC.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI	12,81%	9,61%	6,41%
SELIC	13,00%	9,75%	6,50%
IPCA	8,11%	6,08%	4,06%
TJLP	5,92%	7,40%	8,88%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	102.920	13.184	9.891	6.597
Fundo mover:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	19.505	2.499	1.874	1.250
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	2.567	334	250	167
Títulos públicos federais - NTN	IPCA	2.082	169	127	85
Debêntures	DI	27.754	3.555	2.667	1.779
Passivos financeiros					
Empréstimo	TJLP	528.188	31.269	39.086	46.903

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no trimestre de 2015.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2015.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Numerador básico e diluído		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(16.717)	(3.902)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	<u>317.912</u>	<u>293.250</u>
Resultado por ação básico e diluído de números de ações	<u>(0,0523)</u>	<u>(0,0133)</u>

Em 31 de janeiro de 2014, foi realizada a integralização de 39.500.000 ações ordinárias e 275.500.000 em 24 de fevereiro de 2014, totalizando 315.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014. Em 6 de março de 2015 foram integralizado o restante de 80.000 ações ordinárias, totalizando 395.000.000 ações ordinárias em 31 de março de 2015. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

20. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no trimestre as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	11.186	22.548
Finame(*)	-	12.026
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	<u>5.822</u>	<u>1.966</u>
Saldo final	<u>17.008</u>	<u>36.540</u>

(*) Consiste em operações de crédito destinadas a aquisição de ativos que não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 6 de abril de 2015, a Via 040 celebrou com a Construtora OAS S.A. o segundo termo aditivo ao contrato firmado em 30 de maio de 2014. Este termo aditivo alterou as premissas dos elementos básicos da obra explicitamente previstas neste termo e, em função desta, foi modificado o preço total do contrato para R\$3.738.338.

Recebido em
Em: 02/07/15
Por: Juliana da Silva